

PROTOCOLO

Processo : 69836291 Dat: 10/04/2017 Hor: 12:41
Nome : ENGEFER COMERCIO E SERVICOS
Assunto : RECURSO
Orgao : SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
Local : SETOR DE PROTOCOLO
Informacoes - www.goiania.go.gov.br

RECURSO



Processo: 69836291 Data: 10/04/2017 Hora: 12:41
Nome : ENGEFER COMERCIO E SERVICOS
Assunto : RECURSO
Orgao : SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
Local : SETOR DE PROTOCOLO


Historico : SOLICITA IMPUGNACAO REFERENTE AO PREGAO PRESENCIAL
N.001/2017 CONFORME DOCUMENTACAO EM ANEXO.

Resp. Protocolo : 363243 - HELIA PESSOA DA COSTA ARANTES

Fica o requerente ciente que apos 60 (sessenta) dias da abertura do processo, havendo pendencias, o mesmo sera arquivado.

O REQUERENTE ASSUME TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMACOES ACIMA PRESTADAS.

Goiania, 10 de abril de 2017 .



Assinatura do Requerente

CI Numr: _____ CPF: 422212851-15



ENGEFER
COMÉRCIO E SERVIÇOS

PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PREGÃO POR PENALIDADE

AO (A) PREGOEIRO (A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA
ENDEREÇO: AVENIDA DO CERRADO, 999, PARK LOZANDES, GOIÂNIA-
GO.
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017.

ASSUNTO: DESCLASSIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa **ENGEFER INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME**, cadastrada no CNPJ nº 19.621.209/0001-09 com sede à Avenida Rua José Caetano de Almeida, nº 312, Sala 02, Setor Central, na cidade de Mossamêdes - GO, através de seu representante legal, SOLICITA, a desclassificação da empresa **CIANORTH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME**, nos termos do item 3.5.2 do edital do Pregão presencial nº 001/2017.

"Empresas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, bem como declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (Art.87, IV da Lei nº. 8.666/93), e caso participe do processo licitatório estará sujeita à penalidades previstas no art. 97, parágrafo único da Lei 8.666/93 ou impedidas de licitar no âmbito da União, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10.520/2002;" (*ipses literis*).

Para maiores comprovações segue penalidade em anexo, que pode ser verificada através do sítio www.comprasnet.gov.br no campo fornecedores com penalidades.


ENGEFER INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME
CNPJ nº 19.621.209/0001-09

(62) 99341-1988
GOIÂNIA - GO - CNPJ: 19.621.209/0001-09
FC.JUNIOR15@HOTMAIL.COM

66	231.687.499-15	CRISTOVAM ANDRAUS JUNIOR	Suspensão Temporária	Poder Judiciário do Estado do Paraná, Comarca de Wenceslau Braz, Vara Civil de Wenceslau Braz. Ação Civil Pública de Responsabilização por Ato de Improbidade Administrativa Processo: 0001679-83.2014.8.16.0170	24/04/2014	24/04/2017	Procuradoria Geral de Justiça
67	26.929.778/0001-73	FARMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Suspensão Temporária	Penalidade aplicada pelo Poder Judiciário do Estado de Goiás, Comarca de Pontalina - Go, processo nº 356413-76.2015.8.09.0129; Proibição de celebrar contratos com a Administração Pública até o julgamento final de demanda.	17/10/2016	17/10/2021	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
68	13.480.129/0001-96	LIFE MÉDICA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	Suspensão Temporária	Penalidade aplicada pelo Poder Judiciário do Estado de Goiás, Comarca de Pontalina - Go, processo nº 356413-76.2015.8.09.0129; Proibição de celebrar contratos com a Administração Pública até o julgamento final de demanda.	17/10/2016	17/10/2021	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
69	849.373.608-48	JOSÉ HENRIQUE PILON	Suspensão Temporária	Penalidade aplicada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo 1011918-38.2015.8.26.0320; Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, diretos ou indiretos, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de 05 anos.	07/10/2018	07/10/2021	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
60	251.389.948-83	JULIANA PASCHOLON ROSSETI	Suspensão Temporária	Penalidade aplicada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo 1011918-38.2015.8.26.0320; Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, diretos ou indiretos, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de 05 anos.	07/10/2018	07/10/2021	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
61	05.288.260/0001-28	Expreso 21.com lida	Declaração de Inidoneidade	(nº 57) processo 00190.031401/2008-48 - Ofício-Circular nº 277/2008, processo instaurado na Controladoria Geral da União, publicada no diário oficial da União aos 22/10/2008, seção 1, p.5.	21/10/2008	21/10/2025	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
62	02.731.495/0001-54	CONSERVO BRASILIA EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA	Declaração de Inidoneidade	processo 00190.031401/2008-48 - Ofício-Circular nº 277/2008, processo instaurado na Controladoria Geral da União, publicada no diário oficial da União aos 22/10/2008, seção 1, p.5.	21/10/2008	21/10/2028	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
63	002.820.661-98	Conserve Brasília serviços técnicos lida	Declaração de Inidoneidade	processo 00190.031401/2008-48 - Ofício-Circular nº 277/2008, processo instaurado na Controladoria Geral da União, publicada no diário oficial da União aos 22/10/2008, seção 1, p.5.	21/10/2008	21/10/2028	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
64	07.016.720/0001-84	REIAGRO DISTRIBUIDORA LTDA ME	Suspensão Temporária	Impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 5 anos, além de ser impedida de licitar e contratar com o Estado de Goiás conforme o artigo 78 do instrumento normativo da Lei Estadual 17.928/2012 c/c artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.	12/11/2010	12/11/2020	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
65	19.103.397/0001-75	DIAMORTH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME	Suspensão Temporária	Aplicação da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a AGEHAB pelo prazo de 02 (dois) anos, prevista na alínea "D" da cláusula nona do contrato. Aplicação da penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "E" da cláusula nona do contrato. Em face do inadimplemento do Contrato nº 045/2014 Conforme Ofício nº 774/2016 18/07/2016	18/07/2016	17/08/2018	Agência Goiana de Habilitação